

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 5 - Relatório Gestão

### 5.1 – Apresentação

O presente Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa 006/03 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e orientações da Controladoria Geral do Estado – CGE. O relatório em comento refere-se à prestação de contas da Secretaria da Fazenda do exercício financeiro de 2017, e pode ser considerado como um importante instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, assim como evidencia os principais resultados alcançados por esta Pasta no desempenho de suas ações orçamentárias, em conformidade com objetivos, indicadores e metas programadas.

Para a sua elaboração foram utilizados os documentos: Planejamento Estratégico, o Plano Plurianual – PPA, Lei Orçamentária Anual de 2017, relatórios orçamentários e financeiros do SIAFEM, os relatórios do Sistema da CGE, além das informações prestadas pelos responsáveis das ações orçamentárias, das diversas áreas administrativas da Secretaria da Fazenda.

### 5.2 - Base Legal

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins foi instituída pela Lei Estadual nº 1, de 23 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE nº 4, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores, alterada pela Lei nº 2.425, de 11 de janeiro de 2011, publicada no DOE nº 3.298, de 11.01.2011.







ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Orçamento Inicial	320.756.521,00	100,00
( - ) Reduções	11.857.287,00	3,69
Suplementações	18.731.772,00	5,83
Créd. Especial e/ou extraordinário	0,00	0,00
Remanejamento	0,00	0,00
Transposição	12.187.000,00	3,79
Transferência	44.324.090,00	13,81
<b>TOTAL</b>	<b>327.631.006,00</b>	<b>102,14</b>

Fonte: Anexo 11/opção 2 - SIAFEM - 12/2017

Verifica-se que houve redução orçamentária no valor de R\$ 11.857.287,00 (Onze milhões oitocentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta e sete reais) e suplementação no valor de R\$ 18.731.772,00 (Dezoito milhões setecentos e trinta e um mil setecentos e setenta e dois reais), totalizando aumento do orçamento em R\$ 6.874.485,00 (Seis milhões oitocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), correspondentes a 2,14% do orçamento inicial fixado, conforme autorizado pela LOA.

As suplementações ocorreram nas Fontes 5236 – Doações (R\$ 65.000,00), 0226 – Alienação de Bens (R\$ 4.000.000,00), bem como nas Fontes 0103 – Recursos de Contrapartida (R\$ 455.878,00) e 0100 – Recursos Ordinários (R\$ 14.210.894,00) que atenderam a contrapartida do contrato de empréstimo do Projeto PROFISCO e despesa com pessoal.

As referidas reduções e suplementações foram regulamentadas através dos Decretos realizados pela Secretaria do Planejamento e Orçamentos, devidamente publicados em Diário Oficial do Estado.



### 5.5 - Execução Orçamentária por Categoria Econômica e Fonte de Recursos

As despesas realizadas no exercício de 2017 estão detalhadas por categoria e fonte de recursos na forma do quadro que segue, restando um saldo de R\$ 40.328.226,40, saldo este em sua maioria referente à previsão da fonte 4220 – Operações de Crédito Externas, que teve atraso na execução físico-financeira dos contratos de consultoria do novo Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil – SIAFE-TO e da Fábrica de Software e; de processos de melhoria das unidades fiscais (obras).

Categoria Econômica	Autorizada	Empenhado	Saldo	%
Despesas Correntes	277.565.534,00	277.564.723,61	810,39	99,99
Despesas de Capital	50.065.472,00	9.738.055,99	40.327.416,01	19,45
<b>TOTAL</b>	<b>327.631.006,00</b>	<b>287.302.779,60</b>	<b>40.328.226,40</b>	<b>87,69</b>

Fonte de Recurso		Autorizada	Empenhado	Saldo	%
0100	Recursos Ordinários	277.501.628,00	277.501.612,61	15,39	100,00
0103	Recursos de Contrapartida	455.878,00	455.877,47	0,53	100,00
0226	Alienação de Bens	4.000.000,00	3.500,00	3.996.500,00	0,09
4220	Operações de Crédito Externas	45.608.500,00	9.277.584,52	36.330.915,48	20,34
5236	Doações	65.000,00	64.205,00	795,00	98,78
<b>TOTAL</b>		<b>327.631.006,00</b>	<b>287.302.779,60</b>	<b>40.328.226,40</b>	<b>87,69</b>

Conforme demonstrado nos quadros acima, as despesas correntes empenhadas totalizaram R\$ 277.564.723,61 (Duzentos e setenta e



sete milhões quinhentos e sessenta e quatro mil setecentos e vinte e três reais e sessenta e um centavos), representando 99,99% do valor do orçamento autorizado. Em sua maioria os recursos despendidos nesta categoria referem-se ao pagamento de folha dos servidores, indenização e restituição (REDAF e PDAF) e despesas administrativas da Secretaria da Fazenda e da Escola de Gestão Fazendária.

As despesas de capital empenhadas totalizaram R\$ 9.738.055,99 (Nove milhões setecentos e trinta e oito mil cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos), 19,45% do valor do orçamento autorizado. Os recursos executados em despesa de capital são provenientes de operação de crédito externa e de contrapartida do empréstimo com o BID, que tem como objetivo a modernização da Administração Tributária do Estado – Projeto PROFISCO; de doações de instituições privadas e sem fins lucrativos para pagamento de despesas com a realização da Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ 2016, em Palmas e; de alienação de bens, recursos estes provenientes de superávit de exercícios anteriores (conforme anexo 11A)

### **5.6 - Execução e Avaliação do PPA**

O ano de 2017 foi um ano marcado por crise econômica e política. Foram muitos ajustes e muitas incertezas no cenário econômico, o que desestabilizou o equilíbrio financeiro, gerando assim a retração financeira no Estado. Além disso, a burocracia nos processos de contratações de serviços, fez com que a execução de algumas ações não atingisse as metas planejadas.

No entanto a Secretaria da Fazenda teve participação relevantes nas reuniões do CONFAZ, exercendo papel fundamental na convalidação dos incentivos fiscais até então vigentes no Estado do Tocantins, em razão da Lei Complementar 160, de 7 de agosto de 2017, que dispõe sobre convênio que permite aos Estados e Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos



tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos. Assim, foi elaborado o Convênio ICMS 190/17 de 15 de dezembro de 2017, que regulamenta o dispositivo legal citado.

Conjuntamente com os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia e Distrito Federal, foi criado o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central que tem por objetivo harmonizar a carga tributária cobrada entre os estados, diminuindo a “guerra fiscal” entre os estados citados.

Aprovado no CONFAZ o Convênio ICMS 165/2017, de 23 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIS, autorizando o estado a dispensar ou reduzir juros e multas, e a conceder parcelamentos especiais relacionados a créditos tributários ou não, proporcionando recuperação de receitas e oportunidades de renegociação de dívidas dos contribuintes para com o estado.

Realização de convênio de incentivo fiscal na área específica de combustível de aviação, permitindo a instalação de novas empresas de aviação civil em Gurupi e Araguaína.

Em continuidade às ações de modernização tributária, foi implantada a Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor – NFC-e, alternativa totalmente eletrônica para substituir os atuais documentos fiscais em papel utilizados no varejo. A NFC-e foi implantada em 302 empresas, possibilitando ao fisco aprimorar o controle fiscal, pois haverá maior domínio fiscal do varejo, uma vez que as informações serão em tempo real dos documentos fiscais, o que permitirá o monitoramento à distância das operações, cruzamento de dados e auditoria eletrônica.



Também houve a melhoria da cobrança dos créditos fiscais. A arrecadação de receitas de dívida ativa de ICMS e IPVA totalizaram R\$ 44,07 mi, representando 21% a maior em relação a de 2016.

As ações de fiscalização foram intensificadas, estando o fisco mais presente nas empresas.

A legislação tributária foi revista e atualizada, proporcionando uma melhor interpretação e clareza na aplicação das normas tributárias, contribuindo, de certa forma, com o aumento da arrecadação.

A meta estipulada para o objetivo de "Incrementar o Nível de Arrecadação em relação ao Potencial", que visa contribuir para a efetividade da política fiscal do Estado, obteve um aumento significativo em relação à meta planejada, tendo em vista que a meta prevista de crescimento real da receita de ICMS era de 3% para o ano de 2017 e foi superada pelo índice de 4,33 % de crescimento.

No Programa de Modernização Fiscal do Tocantins – PROFISCO, projeto financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, foi reformado o Posto Fiscal Bezerra, localizado na divisa do Estado de Goiás, a qual possui grandes produtores de gado, sendo um local estratégico para a fiscalização de trânsito do Sudoeste do Tocantins. Está em andamento a construção do novo Posto Fiscal Bela Vista, localizado no povoado de Bela Vista, município de São Miguel do Tocantins, na divisa com o Estado do Maranhão, município de Imperatriz; do posto Fiscal de Aguiarnópolis, localizado na BR-153, que faz divisa com o Estado do Maranhão, que atende um grande número de veículos sendo considerada a segunda unidade em fluxo e importância em nosso estado.



Ainda no PROFISCCO foram adquiridos 51 novos veículos, que intensificaram e agilizaram as atividades de fiscalização nas doze delegacias da receita estadual.

Outro destaque é o desenvolvimento do sistema para modernizar a gestão financeira contábil do estado, em substituição ao SIAFEM, cuja operacionalização já está em fase de funcionamento. Este novo sistema proporcionará melhoria e transparência na gestão financeira e contábil não só para os órgãos do Poder Executivo, mas também para os outros poderes.

A Sefaz vem executando uma série de investimento na área de tecnologia da informação com o propósito de dotar a secretaria com infraestrutura que permita aperfeiçoar seus sistemas informatizados (aquisições de softwares de integração dos equipamentos, soluções de armazenamentos de dados, estação de trabalho, notebooks, ultrabooks e computadores de mesa que reestruturaram o parque tecnológico da Sefaz).

Foi revisado o Planejamento Estratégico da secretaria. O Planejamento Estratégico é a consolidação de suas idéias, e é na implementação dessas idéias que a organização vai obter seus resultados. Assim, precisa ser constantemente reavaliado e repensado conforme o andamento da organização. Em fase de implantação da Gestão por Resultados, que proporcionará melhoria nos processos de trabalho.

O Programa de Modernização Fiscal do Tocantins – PROFISCO, alcançou resultados positivos tanto na área fiscal como administrativa da Sefaz, executando 76,64% do total de recursos contratado.

Foram capacitados 855 servidores em áreas como: Padronização de Processos, Monitoramento Fiscal, Treinamento no Novo SIAFE-TO, Oficina de Planejamento Estratégico, Gestão por Competência, Mercadoria em



Trânsito, Corregedores e Auditoria Contábil Digital, superando a meta em 113,75% (meta para 2017 – 400 servidores capacitados).

Também foram realizadas atividades de comunicação interna e externa das ações desenvolvidas pela Sefaz, de assessoria jurídica e análise econômica e financeira do estado.

Os detalhamentos dos resultados do acompanhamento dos objetivos, indicadores, metas e ações estão expostos nos demonstrativos em anexo, conforme as fls. 59 a 90.

### 5.7 – Projetos e instituições beneficiadas por Renúncia de Receita

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	2017	2018	2019
			73.191.691	87.988.596	102.785.500
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO/ REDUÇÃO DE BC	COM. ATACADISTA (Lei 1201/00 e 1.790/07)	105.988.442	132.067.337	158.146.232
ICMS	ISENÇÃO/ CRÉDITO PRESUMIDO/INEXIGIBILIDADE	PROINDÚSTRIA (Lei 1.385/03)	322.258	429.663	537.068
ICMS	ISENÇÃO/REDUÇÃO DE BC	PROSPERAR (Lei 1.355/02)	22.657.132	28.460.870	34.264.607
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO/ REDUÇÃO DE BC	COM. INTERNET (Lei 1.641/05)	683.264	141.740	146.486
ICMS	ISENÇÃO/REDUÇÃO DE BC E CRÉDITO PRESUMIDO	COM/IND/AGRO/PEC/APIIC	40.284.694	31.866.017	23.447.341
ICMS	REDUÇÃO DE BC/SUSPENSÃO DE ALÍQUOTA	DIESEL/QUEROSENE/GA SOLINA (AVGAS) Leis 2.548/11 e 1.418/03	104.555.371	120.433.906	136.312.441
ICMS	ISENÇÃO/REDUÇÃO DE BC	ENERGIA ELÉTRICA - TODOS	41.331.524	39.947.446	38.609.717
ICMS/IPV A	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS	TODOS	<b>389.014.376</b>	<b>441.335.574</b>	<b>494.249.392</b>
		<b>SUB TOTAL</b>			
IPVA	ISENÇÃO PRIMEIRO EMPLACAMENTO/PORTADOR ES DEFICIÊNCIA/MOTOTAXI E OUTROS	TODOS	21.230.532	20.122.577	19.014.623
		<b>SUB TOTAL</b>	<b>21.230.532</b>	<b>20.122.577</b>	<b>19.014.623</b>
<b>TOTAL</b>			<b>410.244.907</b>	<b>461.458.151</b>	<b>513.264.015</b>

Fonte: SEFAZ/TO. Diretorias: DIEF, DFIS, Di e DRCFA



### 5.8 - Transferências de Recursos

Não houve transferência de recursos quanto a repasse financeiros provenientes de convênios firmados com instituições lucrativas ou sem fins lucrativos.

### 5.9 - Considerações Finais

A Secretaria da Fazenda atuou no exercício de 2017, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública estadual.

Observa-se, contudo, que durante a execução orçamentária financeira foram encontradas algumas dificuldades que inviabilizaram o alcance dos resultados esperados nas ações com fonte de recursos ordinários (0100), sobretudo em decorrência da indisponibilidade orçamentário-financeira originada da frustração de receita. Destaca-se a execução das ações do PROFISCO, embora prejudicada pela burocracia nos processos, alcançou o desempenho satisfatório para a modernização da Secretaria.

As ações desenvolvidas pela Sefaz produziram efeitos na melhoria do controle e aperfeiçoamento dos processos nas áreas de execução fiscal, financeira e contábil, contribuindo para a melhoria da aplicação dos recursos do Estado em prol da sociedade tocantinense.

  
**PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA**  
Secretário da Fazenda

